

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO NÃO-SUSTENTÁVEL

Tiago Zanquêta de Souza¹

RESUMO: Educação ambiental é um ramo da educação cujo objetivo é a disseminação do conhecimento sobre o ambiente, a fim de ajudar à sua preservação e utilização sustentável dos seus recursos. A Educação Ambiental no Brasil não está restrita à proteção e uso sustentável de recursos naturais. Como instrumento de gestão do meio ambiente, estimula a construção de sociedades sustentáveis. Mais do que um segmento da Educação, então, a Educação Ambiental é uma ferramenta de trabalho. O cenário ambiental é muito preocupante e deve ser levado a sério, pois as consequências vão atingir a todos, sem distinção. Por isso, para esse estudo, foi feito um levantamento bibliográfico sequente de análise e reflexão, objetivando o olhar crítico sobre o papel da Educação Ambiental frente ao atual modelo de desenvolvimento econômico insustentável. Por isso, em síntese, este artigo dedica-se a pensar a Educação Ambiental como processo pedagógico participativo permanente, que estimula a consciência crítica sobre a problemática ambiental, estendendo à sociedade a capacidade de captar a origem e a evolução de problemas ambientais.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Insustentabilidade

1. INTRODUÇÃO

O século XXI inicia-se em meio a uma crise socioambiental que demonstra sinais de agravamento se mantidas as tendências atuais de degradação; um problema fortemente relacionado à cultura, nos estilos de pensamento, nos valores, nos pressupostos epistemológicos e no conhecimento, que configuram o sistema político, econômico e social em que vivemos (LUZZI, 2005).

A verdade é que, depois de séculos de modernidade, o vazio do futuro não pode ser preenchido nem pelo passado nem pelo presente. O vazio do futuro é tão-só um

¹ Graduação em Ciências Biológicas. Especialista em Docência do Ensino Superior. Especialista em Gestão Ambiental. Mestrando em Educação, na linha de pesquisa Cultura e Processos Educativos. Professor da Universidade de Uberaba. tiago.zanqueta@uniube.br

futuro vazio. Penso, pois, que, perante isso, só há uma saída: reinventar o futuro, abrir um novo horizonte de possibilidades, cartografado por alternativas radicais às que deixaram de o ser (SANTOS, 2000, p. 332, *apud* GADOTTI, 2000, p. 55).

Uma emergência que, mais que ecológica, é uma crise do estilo de pensamento, do imaginário social e do conhecimento que sustentaram a modernidade, dominando a natureza e mercantilizando o mundo. Na verdade, uma crise do ser no mundo, que se apresenta em toda sua plenitude; nos comportamentos sociais autodestrutivos, nas estruturas internas do sujeito, nos espaços externos, na destruição da natureza e da qualidade de vida das pessoas.

É nesse sentido que consideramos que a solução dos problemas do presente não se encontra na mera gestão dos recursos naturais nem na incorporação das externalidades ambientais aos processos produtivos (LUZZI, 2005, p. 379).

Logo, é forçoso pensar que a solução para todos os problemas ambientais reside no amadurecimento da espécie humana, na busca pela ruptura das hipocrisias sociais, pela construção de novos desejos, de novos olhares, de novos estilos de comportamento, pensamentos e sentimentos.

O papel da educação ambiental, nesse contexto, torna-se mais urgente. Precisamos oferecer mais formação. A educação ainda desenvolve “habilidades e competências” aos estudantes para ignorar as conseqüências ecológicas dos seus atos (DIAS, 2004).

A humanidade chegou a uma encruzilhada que exige examinar-se para tentar achar novos rumos e refletir sobre a cultura, as crenças, os valores e conhecimentos em que se baseia o comportamento cotidiano. Assim, a educação continuou sua caminhada evolucionária demasiadamente lenta, sem a agilidade necessária de se adaptar aos novos desafios.

Na verdade, o binômio educação/ambiente deverá então desaparecer com o tempo, pois a educação será socioambiental, ou não será, no sentido de permitir seguirmos em direção a uma sociedade sustentável, muito embora ainda impere uma instigante indefinição política, provocada por ignorância ambiental, afinal, não se

compreende de outra forma a indiferença de muitos setores à causa ambiental, à necessidade de mudanças na relação ser humano – meio ambiente.

A educação, portanto, deve objetivar a elucidação da realidade, através da problematização das várias forças sociais existentes, pois, como afirma Geertz (1989), as manifestações e práticas que certa comunidade possui carregam um significado compreensível para aquela e que, muitas vezes, é desprezada pelo Estado, o qual, influenciado ou por uma ideologia cultural de elite, ou por não compreender de manifestações, acaba praticando ações ou omissões que destroem o patrimônio cultural de determinada comunidade.

Dessa forma, decorre a seguinte pergunta: Quais as contribuições da Educação Ambiental para a formação dos futuros profissionais e cidadãos brasileiros?

Pensa-se que a maior contribuição da Educação Ambiental “estaria no fortalecimento de uma ética socioambiental que incorpore valores políticos emancipatórios e que, junto a outras forças que integram o projeto de uma cidadania democrática” (LUZZI, 2005, p. 382) venha reforçar a estruturação de uma sociedade mais justa e sustentável ambientalmente.

Mas, reconhece-se que, para a consolidação desse pensamento são necessários esforços em muitas áreas, além da educacional. Transcende o Brasil e espalha-se pelas terras emersas da Terra. Poucas sociedades estão se dando conta do que está acontecendo. Um mundo repleto de sociedades que consomem mais do que são capazes de produzir e mais do que o planeta pode sustentar, configurando o que Dias (2004) entende como uma impossibilidade ecológica.

Nesse contexto, a educação ambiental tem um sentido fundamentalmente político, já que visa à transformação da sociedade em busca de um presente e de um futuro melhor. É uma educação para o exercício da cidadania, que se propõe a formar pessoas que assumam seus direitos e responsabilidades sociais, a formar cidadãos que adotem uma atitude participativa e crítica nas decisões que afetam sua vida cotidiana.

[...] sentido e significado nunca foram a mesma coisa, o significado fica-se logo por aí, é direto, literal, explícito, fechado em si mesmo, unívoco, por assim dizer, ao

passo que o sentido não é capaz de permanecer quieto, ferve de sentidos segundos, terceiros e quartos de direções irradiantes que se vão dividindo e subdividindo em ramos e ramilhos, até se perderem de vista, o sentido de cada palavra parece-se com uma estrela quando se põe a projetar marés vivas pelo espaço fora, ventos cósmicos, perturbações magnéticas, aflições (SARAMAGO, 1998, p. 135, *apud* GADOTTI, p. 75, 2000).

Esse artigo pretende desenvolver um novo olhar para os problemas socioambientais, a partir do prisma ocular humano, na sua luta pela sobrevivência, e, para isso, como metodologia, serve a análise do aporte teórico que trata sobre o assunto. Assim, faremos um breve destaque sobre a complexa trama política construída em torno do desenvolvimento não-sustentável e seus impactos na qualidade de vida e no ambiental do qual somos parte.

2. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental surge com o objetivo de formar e preparar cidadãos para refletir criticamente suas ações e para posicioná-los na construção de ações corretivas ou transformadoras do sistema, de forma a tornar viável o desenvolvimento integral dos seres humanos.

Nesse raciocínio, a Educação Ambiental se coloca em uma posição contrária ao modelo de desenvolvimento econômico vigente no sistema capitalista perverso, em que os valores éticos, de justiça social e de solidariedade não são considerados, muito menos a cooperação é estimulada, mas prevalecem o lucro a qualquer preço, a competição, o egoísmo e os privilégios de poucos em função da maioria da população (PELICIONI; PHILIPPI JUNIOR, 2005).

A sociedade humana, como está, é insustentável. Apesar dos inegáveis avanços tecnológicos pós-industriais, a humanidade inicia o século XXI lutando, não apenas por solo, mas também por água e ar, num ambiente hostil que remonta à era pré-industrialista. Prevê a barbárie da violência urbana e rural imersa em um contexto de corrupções e conflitos, terrorismos e opressões. Há a premência de uma profunda transformação valorativa, o que exige uma reestruturação político-econômica global,

fundamentada na democracia, na igualdade, na dignidade e promoção do ser humano e na sustentabilidade ecológica e socioeconômica da Terra (DIAS, 2004).

A base fundamental da Educação Ambiental é a Educação, que naturalmente, é complementada pelas Ciências Ambientais, História, Ciências Sociais, Economia, Física e Ciências da Saúde, dentre várias outras. A aliança dessas várias áreas do conhecimento garante uma educação aplicada às questões de meio ambiente.

Sabe-se que as causas socioeconômicas, políticas e culturais geradoras dos problemas ambientais só serão identificadas com a contribuição dessas ciências. Mas, ainda assim, a Educação Ambiental não pode ser confundida com elas e principalmente com a Ecologia.

A Educação Ambiental não pode ser confundida com elas, pois ela não é Ecologia, mas utilizará os conhecimentos ecológicos sempre que for preciso. Moacir Gadotti (2000) fala de uma *educação ecológica* - termo cunhado por David Hutchison - fortemente centrada na consciência ambiental, fundamentada nas contribuições da ecologia. Nas palavras de Capra (1993, p. 8-9 apud Gadotti, 2000, p. 79), a consciência ecológica é “ser ecologicamente alfabetizado”, implicando um olhar sobre o mundo de outra forma, aprendendo a pensar em termos de relações e encadeamentos, das hierarquias para as redes cooperativas, das estruturas para os processos. Já nas palavras de Pelicione; Philippi Junior (2005, p. 3), a consciência ecológica “vem aumentando, ganhando apoio, gerando políticas públicas e leis ambientais, tornando evidente que a educação ambiental é essencial para alterar o quadro de destruição em todo o planeta”.

Não é possível mudar a realidade sem conhecê-la objetivamente. Dessa forma, o desenvolvimento de um processo de educação ambiental implica que se realize logo de início um diagnóstico situacional, a partir do qual deverão ser estabelecidos os objetivos educativos a serem alcançados.

Por isso, não se trata apenas de entender e atuar sobre a problemática ecológica e na manutenção do equilíbrio dos ecossistemas como ocorreu, historicamente, até a década de 1970. Trata-se, isso sim, de estabelecer relações de causa e efeito dos processos de degradação com a dinâmica dos sistemas sociais.

Ecologia, desde seu surgimento, dedica-se ao estudo dos ecossistemas e do meio ambiente, na preocupação pelo seu equilíbrio e harmonia, através do estudo das relações entre os seres vivos e não vivos, sem estabelecer relação entre esses e o sistema socioeconômico em que estão inseridos, muito embora reconhecesse os resultados da ação antrópica sobre eles. Havia, então, a preocupação com os efeitos, mas não com os fatores que os causaram, nem com a identificação de estratégias para mudança, prevalecendo, portanto, uma visão extremamente reducionista (PELICIONE; PHILIPPI JUNIOR, 2005).

Na verdade, podemos seguramente afirmar que a Educação Ambiental teve início de modo empírico para atender às necessidades de um momento de crise, deflagrada pelas grandes tragédias mundiais da modernidade, que não conferiu tempo à sociedade para amadurecer e melhorar currículos. Logo, o que se tinha era um discurso que objetivava a correção de danos materiais concretos e urgentes, e não um discurso embasado em uma consciência ecológica.

A Educação Ambiental é precedida pela educação conservacionista, que tinha e ainda tem como foco o manejo dos recursos naturais. O grande alicerce da educação para conservação advém das ciências biológicas e do discurso infundado de que a tecnologia funciona como grande artefato para solução de problemas ambientais gerados, indicando como causas desses problemas, a falta de conhecimentos e de comportamentos adequados. Assim, é fácil perceber que a Ecologia por si só não dá conta de reverter, de impedir ou de minimizar os agravos ambientais, os quais dependem de formação ou mudanças de valores individuais e sociais que devem expressar-se em ações que levem à transformação da sociedade por meio da educação da população.

Portanto, a Educação Ambiental como prática democrática, prepara para o exercício da cidadania por meio da participação ativa individual e coletiva, considerando os processos socioeconômicos, políticos e culturais que a influenciaram. Dessa forma, vai preparar homens e mulheres para exigir direitos e cumprir deveres, para a participação social e para a representatividade, de modo a contribuir e influenciar a formulação de políticas públicas e a construção de uma cultura democrata.

O atual modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico, aliado à sociedade altamente capitalista, urbano-industrial, consumista, têm provocado crescente impacto sobre o meio ambiente, e a percepção desse fenômeno vem sendo percebida por ricos e pobres.

Vive-se hoje uma crise não declarada, pois a falta de água, de energia, de espaços habitacionais seguros, de alimentação, dentre outras, têm castigado a população de baixa renda. Não seria momento, novamente, de parar para re-pensar as práticas educativas?

Reduzir a desigualdade social é fato crucial para atingir a sustentabilidade em sua plenitude e em todas as suas dimensões. Mas, para isso, seria necessário modificar a distribuição de renda no país.

É forçoso lembrar que uma Educação Ambiental crítica precisa levar em conta os interesses das classes populares historicamente excluídas, conforme nos mostra Carlos Rodrigues Brandão (1994, p. 43-8, apud PELICIONE; PHILIPPI JUNIOR, 2005), quando afirma que a Educação Popular como um trabalho pedagógico é a possibilidade de a educação não ser apenas compromissada com a formação do cidadão, e não ser apenas participante e libertadora, mas ser, por si mesma, fonte promotora de libertação. Seria, nessa concepção, um trabalho educativo que luta por realizar em si mesmo aquilo que sonha concretizar como realidade pelos diversos segmentos da sociedade.

Somente por meio da Educação Ambiental desenvolvida a partir de bases políticas, conceituais, filosóficas e ideológicas como as que aqui foram apresentadas, é que se poderá, de fato, alcançar o gozo do desenvolvimento local, nacional e até mesmo global, com a verdadeira prática da sustentabilidade.

2.1. O CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL

Na verdade, vive-se hoje a insustentabilidade da sustentabilidade. Os modelos econômicos vigentes, de desenvolvimento, impostos pelos sete países mais ricos do mundo, juntamente com o FMI, o Banco Mundial e outros, e das suas influências nos

sistemas políticos, de educação e de informação, em quase todo o planeta, fazem-nos chegar a essa conclusão.

Ao longo dos anos, a Educação Ambiental tomou diferentes rumos conceituais. Sabe-se que o atual modelo de desenvolvimento econômico fundamenta-se no lucro, a qualquer custo, e este está atrelado à lógica do aumento da produção, em que o meio ambiente é encarado como um grande supermercado, onde os recursos naturais são utilizados sem nenhum critério, onde há uma reposição infinita de estoque, privatizando-se o benefício e desprezando-se o custo (DIAS, 2004).

A produção crescente precisa de freios. O consumismo exagerado, estimulado pelos meios de comunicação, hoje especialistas em criar “necessidades desnecessárias”, tornam as pessoas amarguradas ao desejarem ardentemente algo que não podem comprar, sem perceber que viviam muito bem sem aquele objeto de consumo.

Para Dias (2004), o binômio produção-consumo gera uma maior pressão sobre os recursos naturais, o que aumenta ainda mais a degradação ambiental, que, conseqüentemente, refletirá na perda da qualidade de vida, por condições inadequadas de moradia, poluição em todas as suas expressões, destruição de habitats naturais e intervenções antrópicas desastrosas nos mecanismos que sustentam a vida no planeta.

Na tentativa de desconstrução do que entendemos como sustentabilidade, é que usamos esse raciocínio. Muitas vezes, para recuperar o que se destrói, ou que se degradou, precisa-se de pedir dinheiro emprestado do Sistema Financeiro Internacional que lucrou com a degradação desse ambiente, e, que mais uma vez lucra ao emprestar dinheiro, a juros que como se sabe, são tremendos, aumentando a dívida externa dos países em ascensão econômica, comprometendo a qualidade de vida de seus cidadãos no presente e no futuro. É óbvio, nas palavras de Dias (2004, p. 96) “que esse sistema não é sustentável, e os sintomas dessa insustentabilidade preenchem as manchetes da mídia, diariamente, traduzidos em graves e profundas crises socioambientais, econômicas e políticas” em todo o planeta.

Logo, é possível depreender que, para sair da situação de insustentabilidade, o *Desenvolvimento Sustentável* necessita sair da utopia em que se encontra para

verdadeiramente assumir o papel estrategista que garante a sobrevivência da espécie humana sobre a Terra, não somente, mas como também de todas as formas de vida. A Educação Ambiental então deve representar um importante componente dessa estratégia, através da busca por novos paradigmas, ou seja, novos valores, de num novo estilo de vida, como expressava Mikhail Gorbachev, durante o Encontro Rio +5, que aconteceu no Rio de Janeiro em julho de 1997: “o maior desafio, tanto da nossa época como do próximo século, é salvar o planeta da destruição. Isso vai exigir uma mudança nos próprios fundamentos da civilização moderna – o relacionamento dos seres humanos com a natureza” (apud DIAS, 2004, p. 97).

2.2 A (DES) CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

“O planeta é minha casa e Terra, o meu endereço. Como posso viver bem numa casa mal-arrumada, malcheirosa, poluída e doente?” (BOFF, 1996, p. 3, apud GADOTTI, 2000, p. 57).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi usado pela primeira vez na Assembléia Geral das Nações Unidas em 1979, indicando que o desenvolvimento poderia ser um processo integral que inclui dimensões culturais, éticas, políticas, sociais, ambientais, e não só econômicas. Esse conceito se disseminou pelo mundo através dos relatórios do *Worldwatch Institute* na década de 1980 e particularmente pelo relatório “Nosso Futuro Comum”, produzido pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987 (GADOTTI, 2000), também conhecido como Relatório de Brundtland.

Duras críticas foram feitas ao conceito: “um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem colocar em risco a possibilidade de satisfação das necessidades das gerações futuras”, por expressar um caráter reducionista e trivial,

apesar de aparecer no cenário como “politicamente correto” e “moralmente nobre” (GADOTTI, 2000).

Criou-se também outras expressões, a partir do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1993, como “desenvolvimento humano”, ou ainda “desenvolvimento humano sustentável” (CORRAGIO, 1996, p.10 apud GADOTTI, 2000, p. 57) e “transformação produtiva com equidade” (CEPAL/PNUD, 1990, apud GADOTTI, 2000, p. 57).

Agora, vejamos o antropocentrismo marcado na Expressão “desenvolvimento humano”, quando coloca o homem no centro do desenvolvimento. Os eixos centrais desse conceito são “equidade” e “participação”, que estão ainda em evolução e se opõem diretamente à concepção neoliberal de economia e desenvolvimento que temos. Considera uma sociedade igual, que inclui a participação de todos, fato que ainda não acontece.

Por isso, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, bem como o “desenvolvimento humano” ainda é vago. A ONU tem como indicadores de qualidade de vida os índices de saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo, que são também os traços de uma “sociedade sustentável”, isto é, uma sociedade que seria capaz de atender às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade e as oportunidades das gerações vindouras.

Mas, a crítica feita ao conceito de sustentabilidade e ao conceito de desenvolvimento sustentável se deve ao fato de os movimentos ambientalistas desagregarem, em suas discussões, as questões ambientais das sociais, que, de modo bastante particular, estão intimamente relacionadas.

Os movimentos conservacionistas surgiram, na verdade, como tentativa da elite dominante – obviamente de países ricos – de reservar grandes áreas naturais preservadas para o seu lazer. E não pasmem. A Amazônia é o grande exemplo brasileiro disso! Esse fato, de acordo com Gadotti (2000) permite-nos concluir que o sucesso da luta ecológica depende muito da capacidade de os ecologistas convencerem a maioria da

população, que ainda é pobre, ou até miserável, de que não basta e não se trata, apenas, de cuidar dos rios, não poluindo, de diminuir a poluição do ar, de florestar o reflorestar um lugar ou outro, para que todos tenham uma vida melhor e mais saudável no futuro, ou seja, com mais qualidade. É mais que isso. É dar uma solução, ao mesmo tempo, para os problemas ambientais e sociais.

Leonardo Boff (O Estado de São Paulo, p. 2, 6 jun., 1993, apud GADOTTI, 2000, p. 58) coloca: “queremos uma justiça social que combine com a justiça ecológica. Uma não existe sem a outra”. Logo, é fácil perceber que os mais pobres são os mais prejudicados.

E também não é difícil pensar que, como aponta Elmar Altvater (1995, p. 282 apud GADOTTI, 2000, p. 59), o conceito de Desenvolvimento Sustentável proposto pelo relatório de Brundtland, não passa de uma “fórmula vazia”, pois ela prevê “solidariedade sincrônica e diacrônica entre as pessoas e entre as sociedades [...]”. Dessa forma, fica implícito um distanciamento entre esse conceito proposto e o princípio da lucratividade, implicando no desrespeito às políticas monetárias.

Hoje, as pessoas fazem de conta que seria possível, no Brasil, pensar uma economia que poupasse o meio ambiente, que fosse eficiente e voltada para o bem estar no futuro, e que, ao mesmo tempo, correspondesse às expectativas do mercado internacional. Altvater (1995, p. 282-3 apud GADOTTI, 2000, p. 59), coloca que o desenvolvimento “deve ser economicamente eficiente, ecologicamente suportável, politicamente democrático e socialmente justo”, mas não vê como isso pode ser feito sob o modo de produção neoliberal, intrinsecamente insustentável. Está aí, nas palavras de Gadotti (2000), *a maior contradição da proposta de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável*.

Essa idéia de sustentabilidade é derrubada pelo mercado capitalista atual, que poderíamos considerar pós-moderno. A sustentabilidade, nesse caso, existe apenas quando não se cruzam as restrições sistêmicas externas (lucratividade), o egoísmo do individualista, a competitividade e a imposição de condições, com as questões socioambientais, o que é bastante difícil. Por isso, diríamos que vivemos uma sustentabilidade condicional, parcial.

Na realidade,

ser sustentável [...] constitui norma digna de ser efetivada, mas que só se pode converter em realidade na medida em que as instituições básicas da sociedade não sejam consideradas sacrossantas. Isto se refere naturalmente também às instituições da nova (des)ordem mundial (ALTVATER, 1995, p. 295-6 apud GADOTTI, 2000, p. 59).

O conceito de “desenvolvimento não é um conceito neutro. Ele tem um contexto bem preciso dentro de uma ideologia do progresso, que supõe uma concepção de história, de economia, de sociedade e do próprio ser humano” (MORIN, 1993, p. 90-1 apud GADOTTI, 2000, p. 59). A visão que impera sobre esse conceito é meramente colonizadora, que perdurou por muitos anos, pois até bem pouco tempo, a Terra era dividida em dois blocos econômicos: no Hemisfério Norte, o bloco dos países desenvolvidos, e no Hemisfério Sul, o bloco dos países subdesenvolvidos, como se a felicidade estivesse “apenas do lado de cima”, e a origem de todos os males e catástrofes, estivesse “apenas o lado de baixo” responsabilizando-se por toda a insustentabilidade.

Morin (1993, p. 90-1) ainda é mais enfático quando afirma que “toda evolução comporta abandono, toda criação comporta destruição, todo ganho histórico paga-se com uma perda”. O que há, na dura realidade, é uma catástrofe sendo cada vez mais agravada, colocando em “xeque” todos os recursos naturais do planeta. A lógica do desenvolvimento capitalista exige, a todo custo, essa insustentabilidade, principalmente dos países que estão em um suposto crescimento industrial e conseqüentemente de mercado. Por isso, Gadotti (2000, p. 60) é incisivo ao afirmar que “o conceito de desenvolvimento sustentável é impensável e inaplicável neste contexto”.

Esse modelo de capitalismo ligado ao conceito de Desenvolvimento Sustentável só se faz existir em uma economia de caráter solidário, regida pela compaixão² e não pelos ideais da lucratividade.

² “Deve ser entendida aqui na sua concepção etimológica original de ‘compartilhar o sofrimento’, [...] o ser humano divide o peso da dor de forma iníqua: para muitos, a dor e para uma minoria, o máximo de prazer e

A utopia do Desenvolvimento Sustentável, como afirma Eduardo Galeano, citado por Gadotti (2000) é, por certo, contraditória, e, por isso, não serve para grandes coisas, mas ela nos prestará um bom serviço, caso nos leve e conduza para uma sociedade do futuro na construção da solidariedade e da compaixão.

Existe ainda, muito difundida na área de Engenharia, a idéia de que é possível sim se ter desenvolvimento sustentável ligado ao desenvolvimento econômico capitalista, nos moldes atuais. Braga et al. (2005), coloca que os ensinamentos das leis físicas e do funcionamento dos ecossistemas fornecem os requisitos básicos para a concepção do modelo que pode ser chamado *modelo de desenvolvimento sustentável*. Esse modelo, de acordo com o referido autor, deve funcionar como um sistema fechado, que tem como base as seguintes premissas:

- dependência da energia solar;
- uso racional das fontes de energia e matéria, visando à conservação, evitando desperdícios;
- promover a reciclagem;
- controlar o crescimento populacional.

De acordo com Francisco Gutiérrez (1994, apud GADOTTI, 2000, p. 61), sem educação não se constrói Desenvolvimento Sustentável. Para ele, a sustentabilidade necessita de quatro grandes **pilares**. Ela deve ser:

1. economicamente viável;
2. ecologicamente correto;
3. socialmente justo;
4. culturalmente aceito;

Essas quatro condições são auto-explicativas. O desenvolvimento sustentável, mais do que um **conceito científico**, é uma idéia-força (GADOTTI, 2000, p. 61-62), é uma idéia mobilizadora de milênio, pois, como afirma Leonardo Boff (1999, p. 198)

consumo. O sofrimento precisa ser distribuído mais democraticamente. E isso só se fará pela justiça social (GADOTTI, 2000, p. 61).

uma sociedade ou um processo de desenvolvimento possui sustentabilidade quando por ele se consegue a satisfação das necessidades futuras de serem atendidas também as suas necessidades e de poderem herdar um planeta sadio com seus ecossistemas preservados.

E, diga-se de passagem, para se chegar a esse raciocínio, vão-se embora, milênios.

Gutiérrez (1994, apud GADOTTI, 2000, p. 62) denomina Desenvolvimento Sustentável “aquele que apresenta algumas características (ou ‘chaves pedagógicas’), que se completam entre elas numa dimensão mais *holística* e que apontam para novas formas de vida do ‘cidadão ambiental’”. São elas:

a) Promoção da vida: Entender a Terra como um “organismo vivo”, revendo, para isso, a concepção fragmentária e reducionista do *sentido de existência*, tendo como premissas o respeito profundo à harmonização dos ecossistemas nos reinos da vida;

b) Equilíbrio dinâmico: Entender a necessidade do desenvolvimento econômico aliado à preservação dos ecossistemas, desenvolvendo para isso a *sensibilidade social*;

c) Congruência harmônica: Entender o ser humano como parte integrante do meio ambiente e não fora dele, buscando, para isso, vibração e vinculação emocional com a Terra, para desenvolver a *ternura* e o *estranhamento*, entendido aqui como capacidade de deslumbramento.

d) Ética integral: Desenvolver a consciência ecológica e a capacidade de *auto-realização*.

e) Racionalidade intuitiva: Desenvolver a capacidade de *atuar como ser humano integral*, emancipado e intuitivo, a fim de reconhecer os limites da lógica sem ignorar a afetividade, a vida e a subjetividade.

f) Consciência planetária: Desenvolver a *solidariedade planetária*. Reconhecermos que somos parte da Terra e que podemos viver em harmonia com ela.

O pensar localmente deve ser compatível ao pensar globalmente. Por isso, a necessidade da articulação com o poder público. As pessoas, a sociedade, em parceria com o Estado, precisam dar sua parcela de contribuição para criar cidades e campos

saudáveis, ou talvez, para recriar esses espaços, de forma sustentável, isto é, com Qualidade de Vida, um conceito diferente do conceito de “nível ou padrão de vida”.

3. CONCLUSÃO

Pode-se concluir que o Desenvolvimento Sustentável não existe desvinculado de uma “sociedade sustentável”. Esta outra forma de desenvolvimento aqui apresentada e discutida, vem colocar à prova o consumo desenfreado imposto pelo mercado capitalista, principal responsável pela degradação do meio ambiente e pelo esgotamento dos recursos materiais do planeta. Há um favorecimento do fascismo, o aparecimento de políticas regressivas e antidemocráticas. É um modelo que diferencia ricos e pobres, exclui esses últimos e, sobre eles, garantem lucratividade.

Um grande exemplo disso é a alienação no trabalho. Os avanços tecnológicos presenciados no mundo atual, principalmente os avanços da informática, vão interferir em diversos aspectos da organização social, na mudança de hábitos, costumes e nas formas de relacionamentos entre pessoas. Vão mudar também os modos de produção e as relações no mundo do trabalho.

De acordo com Libâneo (2005, p. 109),

[...] torna-se cada vez mais evidente o fato de que a evolução tecnológica está favorecendo o surgimento de uma sociedade técnico-informacional ou **sociedade do conhecimento**. Esta se caracteriza ainda por um novo paradigma de produção e desenvolvimento, que tem como elemento básico a centralidade do conhecimento e da educação (grifo nosso).

Essa evidência, de que trata Libâneo (2005), encontra-se no cotidiano dos centros urbanos, nas multidões de pessoas utilizando os modernos meios de transportes, ou nas transações comerciais, nos caixas eletrônicos ou pela Internet, nas exigências que se fazem hoje para que se obtenha um emprego, no tipo de conhecimento que um aluno precisa obter para ingressar em uma universidade. Nesse sentido, assiste-se a um incentivo para que as pessoas frequentem escolas e aprendam a estudar para que

possam aprender por toda sua vida, configurando o que Assman (1998), entende como sociedade aprendente³.

Ora, se outro modelo de produção e de desenvolvimento social está centrado no conhecimento e na educação, é forçoso questionar: como as pessoas que tiveram uma educação escolar distinta daquela que é exigida na atualidade vão ingressar no mundo do trabalho?

Existe uma discussão de que na atualidade, cada vez mais, as pessoas terão que exercer a capacidade de adaptabilidade social, uma lógica oriunda do que se conhece por **capitalismo flexível**⁴. Mesmo que esta seja uma visão neoliberal, é preciso pensar sobre isso. Quase sempre, essas atividades não estão igualmente regulamentadas socialmente, o que não confere ao cidadão o direito de desfrutar dos benefícios de trabalho concedidos por uma empresa.

Todas essas questões trabalhistas citadas anteriormente são decorrentes das relações de trabalho, das políticas salariais, enfim, da organização do mundo do trabalho no regime capitalista. Não são, portanto, restritas ao setor informal.

A esse respeito, Antunes; Alves (2004, p. 342) afirmam:

[...] para se compreender [...] a classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada do trabalho. Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se

³Sociedade do Conhecimento

Na visão de Peter Drucker (2003, p. 23) “[...] a sociedade de conhecimento também é uma sociedade de organizações: o objetivo e a função de toda organização, comercial ou não, é a integração de conhecimentos especializados em uma tarefa comum”. Há um certo consenso também entre os especialistas uma mudança do perfil do trabalhador nas organizações, principalmente nos países desenvolvidos, que passa do mero executor de tarefas para o trabalhador do conhecimento, em outras palavras, deixa de ter seu ritmo ditado pela máquina e passa a estabelecer a sua própria lógica de trabalho com foco em uma tarefa comum. **Sociedade Aprendente:** Hugo Assman (1998, p. 97) diz que com a expressão sociedade aprendente “pretende-se inculcar que a sociedade inteira deve entrar em estado de aprendizagem e transformar-se numa imensa rede de ecologias cognitivas”.

⁴Capitalismo flexível

Segundo Sennett (1999, p. 10), o capitalismo flexível afeta o caráter pessoal, principalmente porque não propõe condições para construção de uma história linear de vida, sustentada na experiência. O autor dá enfoque a esta situação quando afirma que caráter é “[...] o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros, ou se preferirmos [...] são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem”.

restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário.

[...]

A classe trabalhadora, hoje, também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais, e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, [...] que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo, inclui ainda, em nosso entendimento, a totalidade dos trabalhadores desempregados.

Os autores supracitados ainda afirmam que a classe trabalhadora não conta com os gestores do capital, pelo fato de estes últimos exercerem papel central no controle, na gestão e no sistema de mando do capital. Ainda se excluem dessa classe, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural, que é proprietária e detentora, ainda que em pequena escala, dos meios de sua produção. Excluem-se ainda aqueles que vivem de juros e da especulação. Por isso, compreender o mundo do trabalho hoje, de modo ampliado, implica entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho. A grande diferença que se encontra, quando se compara o passado ao presente, é que hoje essa classe é mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada.

E, apenas para lembrar: enquanto aumenta o volume de brinquedos tecnológicos nas lojas, o rio vai ficando mais sujo, o quintal sem suas árvores, o ar ficando mais poluído, a água menos potável e os espaços mais restritos à formalidade. O capitalismo vai substituindo a felicidade gratuita pela felicidade vendida e comprada.

Em torno de toda essa reflexão, chegamos ao que propõe Gadotti (2000, p. 65), quando pensa sobre o que afirma Lima (1997, p. 210-1): o **ecodesenvolvimento**, baseado nos princípios:

1. a satisfação das necessidades básicas da população;
2. a solidariedade com as gerações futuras;
3. a participação da população envolvida;
4. a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral;

5. a elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e
6. programas de educação.

Dessa forma, o conceito de sustentabilidade deve valorizar os problemas das relações entre países ricos e pobres, quando relaciona pobreza, riqueza e degradação, quando atenta para as implicações adversas da dívida externa no contexto socioambiental desses países, inclusive reconhecendo a desigualdade entre eles, na construção de uma sociedade e de um desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial.** São Paulo: UNESP, 1995.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade.** Centro de Estudos Educação e Sociedade – Cedes, ago. 2004, vol. 25, n. 87, p. 335-351.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do ser humano, compaixão pela terra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

BRAGA, Benedito. **Introdução à engenharia ambiental.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DRUCKER, Peter F. **Sociedade pós-capitalista.** São Paulo: Actual Editora, 2003.

FERREIRA, Leila da Costa, VIOLA, Eduardo (Orgs.). **Incertezas de Sustentabilidade na Globalização.** São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra.** São Paulo: Peirópolis, 2000.



GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

IBAMA. **Educação para um futuro sustentável – Uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada**. Brasília: IBAMA e UNESCO, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 5.ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LIMA, Gustavo F. da Costa. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Política e Trabalho**, p. 201-22, 1997.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LUZZI, Daniel. Educação Ambiental: pedagogia, política e sociedade. In: PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.

MORIN, Edgar. **Complexidade e transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental**. Natal: EDUFRRN, 1999.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. Bases políticas, conceituais, filosóficas e ideológicas da Educação Ambiental. In: PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999. 204p.